

# Porque milhões de brasileiros escolheram 15 de novembro como o DIA NACIONAL DA UMBANDA.

O CONSELHO NACIONAL DE LIBERATIVO DA UMBANDA — C.O.N.D.U. — por intermédio de sua representante no Estado do Amazonas, a Cruzada Federativa Espírita de Umbanda, tomou conhecimento do comentário da sessão "Umbanda — Quimbanda" do jornal "A Notícia", de Manaus, em 11 do corrente mês, sob o título "Escolha Justa", no qual se lê que "a suposta escolha de 15 de novembro para ser considerado o Dia da Umbanda, sugerida num encontro umbandista, no Rio de Janeiro, vinha decepcionando" ... e que "a data diz respeito à Proclamação da República, nada tendo a ver com a Umbanda, o que significa que foi sugerida por profanos, por quem desejava apenas homenagear um centro" ... "Os umbandistas amazonenses disseram que o 13 de maio, data da libertação dos escravos é realmente a mais indicada".

O C.O.N.D.U. esclarece que:

1. A data de 15 de novembro foi proposta pelas entidades federativas do Rio de Janeiro, na I Convenção Anual deste Conselho, da qual participaram 25 federações, representando a maioria absoluta dos Estados; e que não opuseram qualquer objeção à escolha.

2. Entre as datas sugeridas — 13 de maio, consagrada aos Pretos Velhos — e 22 de novembro — dia de Araribóia — venceu por unanimidade 15 de novembro. Nessa data, em 1908, manifestou-se pela primeira vez, numa sessão da Federação Espírita, em Niterói, uma entidade que

declarou trazer a missão de estabelecer um culto, no qual os espíritos de índios e de escravos poderiam desenvolver seu trabalho espiritual, organizado no plano astral do Brasil. Na época, esses espíritos aproximavam-se das reuniões espíritas, mas as suas mensagens eram recusadas, por serem eles considerados atrasados, tendo em vista a condição de humildade com que se identificavam.

A entidade, que se apresentou aos videntes como um mentor espiritual, deu o nome de CABOCLO DAS 7 ENCRUZILHADAS.

No dia seguinte, verdadeira multidão compareceu à residência do médium — um jovem de 17 anos, Zélio de Moraes, de tradicional família fluminense. A entidade manifestou-se e determinou as normas do novo culto, que teria o nome de UMBANDA, declarando fundado o primeiro templo de Umbanda, cuja prática seria exclusivamente a caridade espiritual, através de passes, desobsessões e curas de enfermos.

O templo, que tomou o nome de Tenda Nossa Senhora da Piedade, funciona ainda hoje, no centro do Rio de Janeiro (Rua D. Gerardo, 51) e com uma filial (Cabana Pai Antonio) num sítio em Boca do Mato, Cachoeiras de Macacu, completando, em novembro próximo, 69 anos de atividade.

Prosseguindo em sua missão, o Caboclo das 7 Encruzilhadas fundou mais 7 templos, cujos dirigentes foram escolhidos entre os grupos de

médiuns preparados nas sessões doutrinárias que a entidade estabelecera, às 5.<sup>as</sup> feiras à noite, para esclarecimentos sobre a doutrina espírita, o Evangelho e as normas ritualísticas da Umbanda. Estas normas determinavam: médiuns uniformizados de branco, cânticos sem acompanhamento de atabaques nem palmas ritmadas; preceitos baseados apenas em água, amaci de ervas, flores e pomba, atendimento totalmente gratuito, não sendo admitido estabelecer nem aceitar retribuição financeira de espécie alguma. Os templos, organizados administrativamente, mantinham-se pelas contribuições dos associados.

3. Milhares de templos, em quase todos os Estados, descendem desse grupo inicial, conservando, em sua maioria, a pureza da doutrina e da ritualística. Formou-se assim a religião de Umbanda — denominada, de início, Lei de Umbanda, ou Linha Branca de Umbanda — cujos mentores são os Caboclos e os Pretos Velhos.

4. Justifica-se, portanto, a escolha da data de 15 de novembro, por não se prender apenas a uma das falanges principais da Umbanda e sim a ambas: Caboclos e Pretos Velhos.

5. A referência feita à Proclamação da República deve-se ao fato de ter sido ela determinante da igualdade religiosa estabelecida pela primeira vez na Constituição da República, em 1889, o Estado deixou de ter uma religião oficial, permitindo assim que todos os credos, inclusive a nossa doutrina, se difundissem livremente.